

A FORMAÇÃO DA ESCRITA MIRANDESA

Manuela BARROS FERREIRA

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa
e Campo Arqueológico de Mértola

Quien dirie q'antre ls matos eiriçados
las ourrietas i ls rius desta tierra,
bibie, cumo l chaguarço de la sierra
ua lhéngua de sons tan bariados?

José Leite de Vasconcelos¹

A língua mirandesa, que tem uma história de muitos séculos, começou a escrever-se apenas no final do século XIX. Nas páginas que se seguem, a formação da sua escrita não é analisada desde essa época mas apenas desde 1994, num testemunho pessoal de um processo que acompanhei de perto.²

TERRA E CONCELHO DE MIRANDA

No nordeste de Portugal, dentro de uma região extremamente conservadora do ponto de vista linguístico (Trás-os-Montes), o concelho de Miranda detém a quase totalidade das aldeias onde se fala mirandês. Aí, entre Paradela e Castro de Alcañices, desde o ponto em que o Douro inflecte para sudoeste, por entre altas escarpas, até Sendim, esse rio é a fronteira natural do concelho de Miranda com terras espanholas, numa extensão de cerca de 40 quilómetros. A norte de Paradela começa a raia seca que se estende até à «Fronteira das Três Marras», entre Avelanoso e San Martino, com 22 quilómetros de comprimento. Nessa raia seca, entre povoados vizinhos sempre houve contactos constantes e fáceis. Mais difíceis eram os que se estabeleciam

¹ «La lhéngua mirandesa», em *Flores mirandezas*, Porto, 1884, com ortografia actualizada.

² Com Domingos Raposo, fui co-coordenadora de uma equipa formada por linguistas (Cristina Martins, Ivo Castro, Rita Marquilha), falantes de mirandês (António Bárbolo Alves, António Maria Mourinho, Marcolino Fernandes, Moisés Pires, Valdemar Gonçalves) e um representante da Câmara de Miranda (José Augusto Raposo).

com a travessia do rio Douro, profundamente encaixado e de águas caudalosas até que as barragens do século xx o amansaram. Mas, mesmo desde então, o Douro constitui uma fronteira natural difícil devido ao alcantilado das suas margens.

Outras povoações da medieval Terra de Miranda, bastante mais extensa,³ guardam testemunhos mirandeses —sobretudo nos concelhos de Vimioso e Mogadouro—. Segundo as mais recentes estimativas, o número de falantes de mirandês oscila entre as 5000 e as 7000 pessoas, a que se podem acrescentar os cerca de 5000 emigrantes que o conhecem.

UMA LÍNGUA MINORIZADA

No início do terceiro milénio da nossa era, em plena época dos *cídios* (etnocídio, historicídio, agrocídio, naturocídio, linguicídio...), as línguas menos faladas estão, em princípio, condenadas a desaparecer. Os optimistas acreditam que, enquanto houver pelo menos *um* falante de uma língua, esta língua pode ser recuperada para o uso comunitário. Entretanto, mesmo desesperando de que uma milagrosa recuperação acabe por acontecer, compete-nos a nós, linguistas, gente de letras, tentar registá-las de modo duradouro, explicitar o seu funcionamento e fabricar instrumentos como se eles as ajudassem a perdurar.

Os utilizadores tradicionais das pequenas línguas, até à segunda metade do século xx, falavam-na mas eram analfabetos na sua grande maioria. Hoje em dia já quase não a falam, mas aprendem a escrevê-la. Não podemos esperar que seja a escrita a recuperar uma língua. Mas que é um incentivo ao seu uso, a experiência mirandesa é um bom exemplo. Em 1995,⁴ a valoração da língua pelos seus próprios falantes ainda era extremamente rara,⁵ enquanto que hoje há, na população adulta, numerosos testemunhos de um orgulho identitário emergente.⁶

É evidente que o abandono da agricultura que sustentava os falantes tradicionais, o legítimo desejo de melhoria social e o êxodo para a grande cidade significaram o fim de um certo modo de trabalhar, de viver e de ver o mundo. Mas isso não implica necessariamente uma cessação da funcionalidade das pequenas línguas

³ A raia seca da antiga Terra de Miranda estendia-se por cerca de 48 quilómetros, enquanto que a fronteira do rio Douro alcançava o termo de Lagoaça e media cerca de 75 km. A ocidente esse território era limitado pelo rio Sabor, afluente do Douro. (A estimativa destas distâncias foi-me fornecida pelo Dr. Domingos Raposo, a quem agradeço).

⁴ Data da publicação da *Proposta de convenção ortográfica mirandesa*, Miranda do Douro, Câmara Municipal.

⁵ Em Miranda, o processo de desvalorização social está documentado desde o século xvi, quando a Igreja ali constituiu uma sede de bispado e impôs o português como veículo da catequese. Acentuou-se sobretudo após 1910, com a generalização da escola laica, e culminou com a acção dos media. Trata-se de uma desvalorização imposta pelo exterior, mas assumida interiormente, pouco a pouco, pelos autóctones —num processo característico da minorização das línguas.

⁶ O problema das atitudes linguísticas é tratado na tese de doutoramento de Cristina S. P. Martins, *Línguas em contacto: «saber sobre» o que as distingue. Análise de competências metalinguísticas de crianças mirandesas em idade escolar*, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2003.

enquanto vínculo vicinal. Mesmo as pessoas que já vivem em meios urbanos e dispõem de registos de utilização muito mais amplos estão continuamente a refazer elos de coesão sob a forma de novas linguagens, mais ou menos esotéricas. Assim sendo, então, tanto para os descendentes dos camponeses como para os emigrantes, também a língua dos avós pode continuar a ser a sua marca de solidariedade grupal, um meio de defesa contra o desenraizamento na grande urbe e, sobretudo, uma forma de afirmação cultural. Hoje em dia, assiste-se ao curioso fenómeno do salto das pequenas línguas, de um fosso de desprestígio para um cume de sabedoria cultivado por elites intelectuais autóctones. E enquanto uns proclamam que isso representa o fim da língua respectiva, outros redimem-na, ilustrando-a, como novos humanistas, que celebrassem não um *renascimento*, mas uma *defesa* contra a aniquilação do indivíduo social.

A ESCRITA EM MIRANDÊS

O sábio José Leite de Vasconcelos (1858-1941), como é bem sabido, foi a primeira pessoa a descrever este idioma e mesmo a escrevê-lo, a partir de 1882. Porém, o primeiro a ultrapassar o estágio da transcrição foneticista e a propor uma escrita mais abstracta e convencional foi A. R. Gonçalves Viana (1840-1914), na apresentação que inicia a tradução de «O evangelho de San Lucas traduzido em língua mirandesa» por Bernardo Fernandes Monteiro.⁷ Depois dele, durante muitos e muitos anos, houve uma separação nítida entre os escritores —mirandeses— e os estudiosos da língua, que não eram mirandeses.⁸ Foi apenas na segunda metade do século xx que um sacerdote, António Maria Mourinho, juntou as duas qualidades: a de cultor da língua e de estudioso dela, acrescentando-lhes ainda as de historiador, etnógrafo e divulgador da cultura ancestral. Mas a separação entre escritores e linguistas continuou: os escritores não tinham preparação para analisar a língua, enquanto os que a estudavam o faziam sempre do exterior, pois não a falavam. Tanto uns como outros tinham públicos específicos: os escritores escreviam para os seus conterrâneos; os estudiosos, para os seus pares. A situação começou a mudar quando se iniciou o ensino da língua a crianças. Essa nova situação tem uma data —1986— e um rosto: Domingos Raposo. Foi a necessidade de passar do implícito ao explícito —imposta pelo ensino— que despoletou a consciência dos próprios mirandeses para o funcionamento da língua.

Também no início dos anos oitenta chegavam a Portugal as notícias sobre a movimentação internacional europeia a favor das línguas minoritárias. Então, novamente alguns linguistas portugueses, entre os quais me incluo, consideraram que

⁷ Publicado na *Revista de Educação e Ensino*, ix (1894), pp. 151-165, 252-265 e 501-507.

⁸ Doravante, em vez de *falantes de mirandês*, *falantes de sendinês* e *falantes de portugueses*, exclusivamente, utilizo geralmente as palavras *mirandeses*, *sendineses* e *portugueses*. Nem todos os falantes de mirandês ou de sendinês escrevem, mas todos falam portugueses.

não se podia continuar a ignorar uma outra língua de raiz histórica que existia no país, para além do português. É certo que se tratava de uma língua sem tradição literária, mas desconhecer, por esse motivo, o seu direito ao qualificativo de *língua* era o mesmo que negar essa qualidade a todas aquelas que nunca tiveram escrita. E, finalmente, nos anos noventa verificou-se uma fantástica coincidência de vontades entre falantes e professores mirandeses, linguistas portugueses e autoridades locais de Miranda. Estávamos todos do mesmo lado na convicção de que havia dois modos essenciais de prestigiar a língua: primeiro, dotando-a de instrumentos que pusessem em evidência a sua diferença relativamente ao português, a sua individualidade e a sua gramaticalidade;⁹ e em seguida, através dessa evidência, conseguir a aquisição de um estatuto legal que lhe permitisse afirmar-se livremente.¹⁰

Partindo do princípio de que é proveitoso para qualquer língua dispor de uma escrita unitária, capaz de assegurar um público suficiente para interessar as casas editoras, passámos pois a tentar estabelecer as regras básicas de uma escrita que fosse aceitável para a maioria dos intervenientes no processo. Quem eram esses intervenientes?

OS AUTORES DA CONVENÇÃO ORTOGRÁFICA

No momento em que se começou a trabalhar no assunto, ainda não havia nenhum linguista que falasse correntemente mirandês, nem nenhum mirandês que fosse linguista. Os linguistas participantes eram dois historiadores da língua, uma dialectóloga (eu própria) da Universidade de Lisboa e uma sociolinguista da Universidade de Coimbra —todos falantes de português—. Os falantes de mirandês eram um escritor licenciado em letras, dois historiadores —um deles, falante de sendinês, e outro, o professor de mirandês já mencionado—, um sacerdote autor de um dicionário e de uma gramática em gestação, um professor do ensino básico e um estudioso do teatro tradicional. Além disso, todos os mirandeses provinham de localidades diferentes, com pronúncias próprias. Por isso, a construção desta *Convenção* constituiu-se como um empreendimento difícil, em que cada passo em frente era uma descoberta, para uns ou para outros.¹¹ A procura de soluções consensuais, ou que, pelo menos, obtivessem a adesão da maioria dos mirandeses participantes, levou a uma aprendizagem mútua extremamente enriquecedora.

⁹ Em oposição à «rudeza» e «insuficiência gramatical» que alguns lhe atribuíam.

¹⁰ Na *Proposta de convenção ortográfica mirandesa* de 1995, lê-se, na página 6: «Estabelecer uma escrita o mais unitária possível e consagrar o mirandês como língua minoritária do território português são outros objectivos fundamentais desta convenção».

¹¹ Por exemplo: os mirandeses falavam com ditongos crescentes, sem terem consciência deles; os linguistas discerniam esses ditongos, mas não sabiam colocá-los correctamente de uma forma automática nem conheciam as suas variações diatópica e diafásica.

DURAÇÃO DO PROCESSO

O apoio das autoridades locais permitiu-nos realizar três reuniões para debates. Em contrapartida, foi-nos estipulado um prazo de seis meses —entre novembro de 1994 e maio de 1995— para concluirmos o projecto. Todo o trabalho foi feito por correspondência (em papel). O resultado consistiu numa *Proposta de convenção ortográfica mirandesa*, editada pela Câmara Municipal de Miranda do Douro em 500 exemplares. Foi distribuída localmente e enviada a vários linguistas, portugueses e estrangeiros, com pedido de críticas e sugestões. Poucas respostas recebemos. Das Astúrias, chegou-nos a recomendação de que em mirandês se escrevesse como em asturiano o que era comum com o asturiano, e se escrevesse como em português o que houvesse de comum com o português.¹² Era um conselho de obediência difícil nos casos em que um fenómeno idêntico nessas duas línguas não se escreve do mesmo modo em ambas.

Com o acrescento de paradigmas verbais e algumas correcções, uma nova edição estava pronta para publicar em 1997. Entretanto, o autarca que havia apoiado a elaboração da *Proposta*, Dr. Júlio Meirinhos, tornou-se deputado ao Parlamento e despoletou o processo da oficialização da língua. Esta aconteceu em 1999. Só depois deste «facto consumado» é que as novas autoridades locais reconheceram a necessidade de publicar a *Convenção ortográfica da língua mirandesa* e de a distribuir por toda a população. O facto é que só a partir de então, o efeito conjugado dos dois acontecimentos —proclamação da lei, por um lado, e, por outro, a publicação em larga escala das normas de escrita unificada—, se iniciou a real aventura da escrita em mirandês. O novo processo então iniciado marca uma segunda fase, que ainda está em curso.

CARACTERÍSTICAS DA CONVENÇÃO ORTOGRÁFICA DA LÍNGUA MIRANDESA

Trata-se de uma pequena brochura de apenas 62 páginas. A primeira parte, após a apresentação de objectivos e princípios, é constituída por um alfabeto, com a respectiva pronúncia local, as suas características, combinações de letras, diacríticos e regras de acentuação e hifenação. A segunda parte contém a primeira sistematização coerente dos principais instrumentos gramaticais: artigos, preposições, pronomes, conjunções, advérbios. Em seguida, é apresentada a conjugação verbal, regular e irregular, e, por fim, alguns conjuntos vocabulares —topónimos locais, numerais, parentesco, dias da semana e meses.

Trata-se pois de uma obra muito simples, uma espécie de inventário dos rudimentos da língua. Está escrita em português, dado que se destinava a escrever

¹² No endereço <http://www.uoc.edu/euromosaic/>, no sector «Clas. per estats / Espanya / Asturias», pode ler-se, no ponto 2.8: «[...] When new rules were established for written Mirandes, the Academia de la Llingua Asturiana was consulted. Studies that concern Mirandes always reach Asturias».

palavras patrimoniais e ainda não havia qualquer prática de adopção de neologismos. Ora a metalinguagem utilizada, apesar de clássica, era inteiramente nova em mirandês e pressupunha a adopção de regras de adaptação de empréstimos que ainda não tinham sido minimamente estudadas. Além disso, a utilização do português facilitava a sua compreensão em todo o país.

CRITÉRIOS EM QUE SE BASEIA

Como todos sabem, na grafia de uma língua o importante não é transcrever o valor fonético rigoroso de cada som que cada pessoa pronuncia —tarefa impossível, mesmo em transcrição fonética— mas sim conseguir representar, através de grafemas normais e com um mínimo de diacríticos, a transparência das oposições fonológicas¹³ e, tanto quando possível, a coerência morfológica da formação das palavras.¹⁴ Também considerámos importante o aspecto histórico da língua, não só no sentido etimológico-longínquo mas no sentido do seu percurso evolutivo.

De que modo estes princípios foram postos em prática?

—Partiu-se das informações de teor fonético recolhidas no fim do século XIX por José Leite de Vasconcelos, que tomou como base de referência o mirandês central e que se mostraram aceitáveis pelas outras variedades.

—Quando os fenómenos apresentavam variação diatópica, aceitaram-se como exemplares os que já foram regulares na língua em etapas anteriores da sua evolução. Um exemplo flagrante é o dos ditongos crescentes: desde o fim do século XIX, até aos anos finais do século XX, os linguistas (inclusive eu própria) consideraram como desaparecido o ditongo *uo*, excepto em entoações enfáticas. Este ditongo foi banido da primeira *Proposta*, mas foi reintroduzido na *Convenção*.¹⁵

—Procurou-se respeitar as tradições de escrita que já eram constantes de todos os escritores precedentes.¹⁶

—E, subjacente a tudo isto, estava também o princípio de que uma língua minorizada, quando tem um inventário fonológico em grande parte semelhante ao da língua dominante, deve adoptar,¹⁷ sempre que isso não contradiga o seu próprio sistema fonológico.

13 Na série das fricativas permanece a oposição surda/sonora. A letra *v* foi eliminada do alfabeto mirandês, dado não existir na fala e ser /b/ a consoante sonora que se opõe a /f/; nas sibilantes, além de persistir a oposição surda/sonora, existe também a oposição ápico-alveolar/predorso-dental. Estes fenómenos manifestam-se regularmente em todas as variedades do mirandês.

14 O princípio da clareza morfológica está patente, por exemplo, na adopção de *-n* (em vez de *-m* ou *til* do português) em palavras terminadas em vogal ou ditongo nasal. Assim, uma palavra como [kuras'õw] escreve-se *coraçõn* dado que o seu plural é *coraçõnes*.

15 Actualmente, [je] é mais frequente e perceptível que [wo]. Há localidades onde ambos desapareceram. Compare-se o que é dito sobre «Grafia dos ditongos» na *Proposta*, p. 22, e na *Convenção*, p. 24. Na vila de Sendim, a mais meridional do concelho de Miranda, reduzem-se a [i], [u].

16 Por exemplo, *nh* e *lh*, em vez de *ñ* e *ll* espanhóis.

17 Por razões pedagógicas, de natureza sociolinguística, que serão explicitadas mais adiante. A naturalidade da aproximação entre as escritas mirandesa e portuguesa está patente no seguinte trecho do século XIX: «Seguimos neste texto um modo de escrever português, como convém, visto ser tal idioma falado em território português» (A. R. Gonçalves Viana, na sua introdução a «O evangelho de San Lucas...», *cit.*, p. 501).

lógico, as convenções gráficas dessa língua. Por conseguinte, considerámos que em todos os casos em que o mirandês fosse semelhante ao português se deveria manter a escrita portuguesa. Por exemplo, havendo em mirandês, tal como em português, vogais átonas fechadas, a sua escrita deveria ser semelhante.¹⁸

Este último princípio só foi suplantado quando outras questões —como as marcas da filiação histórica¹⁹ ou de diferenças sistemáticas em relação ao português—²⁰ surgiram como argumentos mais fortes.

Naturalmente, estas questões são controversas. Alguns linguistas espanhóis afirmam que houve um aportuguesamento, de certo modo afrontoso, da escrita mirandesa. Já respondi a essa questão noutra local. Neste testemunho venho apenas lembrar que a necessidade de pôr em evidência a diferença do mirandês em relação ao português era vital para se conseguir que o mirandês fosse reconhecido como *outra* língua e deixasse de ser olhado, como frequentemente sucedia, como um dialecto do português. Por isso a sua escrita apresenta muita coisa diferente da portuguesa. Mas, ao mesmo tempo, era necessário conservar a identidade das duas línguas quando os fenómenos fossem comuns, de modo a não provocar o intercâmbio de erros ortográficos. Neste ponto, intervinham considerações de ordem pedagógica, dado que se pretendia simplificar a aprendizagem do mirandês mas sem prejudicar a aprendizagem do português. Esta questão era extremamente importante, na medida em que os próprios pais dos alunos proibiam os filhos (e alguns ainda proibem) de frequentar as aulas (optativas) de mirandês com o pretexto de que isso lhes iria perturbar a aquisição da ortografia portuguesa.

A ESCRITA APÓS A CONVENÇÃO ORTOGRÁFICA

Como já mencionei, o processo de formação da escrita mirandesa ainda está em curso. Uma coisa era o que se pretendia em 1995, quando ele foi iniciado, outra coisa é o que a prática revelou.

Devo dizer que, mal demos por concluída a revisão da *Proposta* inicial, em 1997, já se tornava evidente a necessidade de se elaborar um prontuário ortográfico que esclarecesse a maioria das dúvidas que subsistiam. Porém era ainda cedo para tal: dado não existir um *corpus* escrito em que nos pudéssemos basear, desconhecíamos em toda a sua plenitude o teor dos problemas que iriam surgir. Os

¹⁸ Em português, -o final lê-se [u]. Quando uma palavra termina em -u (*peru, cançuru*), o acento tónico recai sobre a última sílaba, dispensando-se o acento gráfico. Devido ao hábito da leitura em português, se as palavras mirandesas terminassem em -u seriam lidas pelos portugueses como se fossem acentuadas na última sílaba.

¹⁹ É o caso da letra *y* utilizada somente no início de algumas palavras (*you, yá, ye...*).

²⁰ Caso de -ç final, em palavras como *lhuç, paç*, cuja pronúncia contrasta com a pronúncia padrão de -z das palavras portuguesas *luz, paz*.

primeiros, de ordem prática, foram colocados por ocasião do Primeiro Curso de Verão da Língua Mirandesa, em 2001. Nessa altura, os professores participantes reunimo-nos expressamente para fazer um levantamento das dificuldades que urgia resolver para limar as divergências de escrita que havia entre os professores da língua. Não podíamos resolver porém problemas de fundo que já se delineavam com certa clareza. Eram eles:

- A variação dialectal interna.
- A adaptação de neologismos.
- As afinidades externas.

Vejamos mais de perto do que se trata.

A variação dialectal interna

A questão da variação diatópica do mirandês surgiu com agudeza, não tanto durante a feitura da *Convenção*, mas depois de ela já estar concluída, entre pessoas que nela não haviam participado. Foi colocado de tal forma que, perante a celeuma levantada, não encontro respostas, mas perguntas que faço aos colegas aragoneses e aos eventuais leitores:

- Como se ultrapassa a convicção dos locutores de que o falar da sua aldeia, do seu bairro, até da sua família, é o melhor, o modelo supremo, enquanto todos os demais são desvios, erros, marcas negativas, abusos ou ignorâncias?
- Aqueles que acabam de tomar consciência de que a fala dos pais (sempre desprezada) é uma língua com foros de cidadania, como podem eles aceitar que cada som dessa fala não seja rigorosamente espelhado na escrita?
- E, se por acaso se revêem na norma adoptada, se a aceitam por boa, como podem admitir que a aldeia vizinha, com a qual há rivalidades de séculos, adoptem precisamente a mesma maneira de escrever, quando a sua fala é tão diferente?
- Como se ultrapassa, ainda, o extraordinário apego que as pessoas têm ao código de escrita que já adoptaram?

Estas questões vieram a lume a propósito da variedade mirandesa mais diferenciada de todas as demais: o sendinês.

O representante do sendinês na equipa, perante a complexidade do problema, tinha concordado com o adiamento da sua resolução.²¹ No entanto, no mesmo ano em que a *Convenção* foi publicada —1999—, surgia um livro, *La proua de ser sen-*

²¹ Ele próprio, Dr. António Maria Mourinho, conhecia a dificuldade do empreendimento, pois publicara um poema nesse idioma (parte dele é reproduzido na revista *Lletres Asturianas*, 57 [1995], p. 21). É de notar que a fala local era ainda mais ocultada de ouvidos estranhos do que a das restantes aldeias do Planalto Mirandês. Quando fizemos nessa localidade o inquérito dialectal para o *Atlas lingüístico de Portugal e Galiza*, em 1990, eu e o meu colega João Saramago percorremos ruas e ruas até encontrar alguém que «confessasse» saber falar sendinês. Hoje a situação é totalmente diferente, pois Sendim tem assumido um inegável protagonismo na promoção da língua mirandesa.

dinês,²² que exaltava a individualidade da aldeia de Sendim, não só em versos entusiastas mas também na maneira de escrever.²³

No fim desse mesmo ano, o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, que desencadeara todo o processo, foi solicitado no sentido de se adoptar para o sendinês uma norma específica. Iniciaram-se, então, «conversações» com alguns sendineses, onde se tornou evidente que as características sendinesas resultavam, na sua maioria, de uma evolução paralela à do mirandês, a partir de uma anterior etapa da língua, e se defendeu que essa variedade deveria conservar o mais possível as marcas da sua pertença mais próxima. Por outro lado, a escrita adoptada, se não traduzia fielmente a fonética do sendinês, continha correspondências convencionais que respeitavam as suas oposições fonológicas. Para nós, linguistas, era inviável que uma língua tão pequena como a mirandesa, já de si com tão pouca capacidade de auto-defesa e de promoção, apresentasse duas normas de escrita e obtivesse a oficialização de uma das suas variedades. Convocou-se então uma nova reunião, em que compareceu a maioria da equipa precedente²⁴ e um grupo de quatro sendineses,²⁵ os quais apresentaram as suas propostas de escrita diferenciada. Os linguistas da equipa anterior apresentámos uma contraproposta, da qual cito o seguinte princípio:

As variedades de uma língua oficial que, por o serem, não têm a possibilidade de adquirir elas próprias um estatuto oficial de língua, não devem ter uma grafia própria, a não ser no caso de textos que, pela sua função específica (por exemplo, textos etnográficos ou teatrais), tenham de ter uma grafia que se aproxime o mais possível da transcrição fonética. Porém o princípio da unidade gráfica é tanto mais exigente quanto mais frágil e diminuta for a língua considerada. O estatuto de língua oficial, de certo modo, obriga a que o idioma que o alcançou se fortaleça através de obras escritas que possam ser lidas pelo maior número [...]. Não é credível, à escala internacional, uma pequena língua que disponha de variedades de escrita para servirem apenas a população de um povoado.²⁶

Deste modo, das numerosas propostas diferenciadoras apresentadas pelos intervenientes sendineses, foi aceite uma: a de escreverem *l-* inicial em vez de *lh-*, dado que a palatalização do *l-* inicial, tão característico do leonês, não existe em sendinês.²⁷ Além disso, no que concerne o sistema vocálico propôs-se uma solução de compromisso, consistindo numa pequena mudança para toda a escrita

22 De Emílio Pires Martins, ed. do autor.

23 O livro já estava escrito quando a *Convenção* foi publicada, mas é posterior à oficialização do mirandês: «Tenemos uã *Fala tchapada / Q'yê todo quanto tu bals / Dá ares a la castelhana / De la mirandesa armana / Sin scrita, nin regras gramaticals*».

24 Exceptuando o Dr. António Maria Mourinho, entretanto falecido, e o Dr. Ivo Castro.

25 Amadeu Ferreira, António Rodrigues Mourinho, Carlos Ferreira e Emílio Martins. Com a presença de um novo representante da Câmara de Miranda, António Carção.

26 *Vid.*, neste sítio, «Justificação da Adenda 1ª».

27 No início, esta cedência revelou-se perniciososa, na medida em que os textos publicados sem *lh-* e sem menção da sua origem sendinesa eram tidos como mirandeses, contribuindo para o desvirtuamento da língua. Ao verificar o efeito desastroso de tal medida, os principais escritores sendineses, ou passaram a mencionar o facto de estarem a utilizar uma escrita desprovida de *lh-*, contrariamente à tradição mirandesa, ou adoptaram, simplesmente, o *lh-* mirandês.

mirandesa: a supressão do acento circunflexo nos ditongos crescentes.²⁸ Esta proposta, apresentada pelos linguistas, teve o voto contra de um mirandês,²⁹ várias abstenções e, dado tratar-se de uma «cedência», conseguiu a aprovação dos sendineses.

Com isso, a principal dissidência interna a nível da escrita parecia ter sido resolvida. E, de facto, desde logo começaram a surgir publicações segundo este acordo. Porém, os problemas surgiram do lado mirandês propriamente dito: a eliminação do acento circunflexo nessas publicações suscitou forte reacção, expressa por duas pessoas, a partir de abril de 2002. Num livro dedicado à diferença das falas, um mirandês nega a legitimidade dessa alteração e, sobretudo, a ideia de os sendineses escreverem da mesma forma que os mirandeses, com o argumento de que o sendinês é «uma particularidade linguística digna de todo o apreço, que se deverá manter na sua singularidade, com orgulho e “proua”». Instalou-se pois novamente uma certa polémica interna, com o seu poder de desgaste e desprestígio. No entanto, a tendência para a eliminação do acento parecia ter triunfado³⁰ até ao momento da publicação do primeiro dicionário mirandês, em meados de 2004,³¹ que reintroduziu o acento circunflexo. Dado o valor normativo que qualquer dicionário assume, é de prever que a oscilação entre as duas tendências continue ainda durante algum tempo, tornando ainda mais importante o papel dos professores para o esclarecimento da situação.³²

Esta polémica tornou evidente que a ortografia mirandesa gerou fidelidades e rivalidades, tendo ultrapassado o seu valor de convenção social para se transformar em raiz de afectos. Demonstrou também que os piores acordos a que se pode chegar, em matéria de normalização, são os que se obtêm por maioria de votos: os que votam contra irão proceder à sua própria maneira e formar, se puderem, grupos, se não demolidores pelo menos corrosivos. Apesar de tudo, é necessário correr o risco de o fazer, quando o resultado é aquele que um sendinês testemunha:

²⁸ Em Sendim, os ditongos crescentes *ie*, *uo* reduzem-se a *i*, *u*: *fierro* > *firro*, *puorta* > *purta*. Por isso, a existência de um acento circunflexo sobre a vogal que aí não se pronuncia foi considerado inaceitável pelos sendineses. A redução dos ditongos é extremamente regular, de tal modo que permite reconstituir os ditongos originais sempre que estes, noutras variedades, já se reduziram a [e], [o] (assim se confundindo com vogais idênticas, de outra proveniência que não E, Ó breves latinos).

²⁹ Padre Moisés Pires (já falecido), que na reunião para a Adenda 1ª se declarou «vencido mas não convencido», continuando, por isso, a escrever *iê* e *uô*.

³⁰ Nomeadamente com a página em mirandês dirigida por Amadeu Ferreira, regularmente publicada no hebdomário *Nordeste* e na qual têm colaborado muitos dos mirandeses que aprenderam a escrever segundo a *Convenção* e a Adenda 1ª.

³¹ Moisés Pires, *Pequeno vocabulário mirandês-português*, Miranda do Douro, Câmara Municipal, 2004.

³² Professores esses que têm desempenhado um papel extraordinário na promoção da escrita, quer na disciplina de opção que as escolas do concelho de Miranda oferecem, quer em cursos para adultos de livre acesso, quer no pólo mirandês da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Se nun ten sido l porcesso que lhebou a la 1ª Adenda, cun todos ls sous defeitos i bertudes, la rutura de l sendinés (ou l zanteresse pul porblema) habie-se cuncretizado. Nun tengo dúbedas de que la rial situaçon de l mirandés serie defrente i para muito pior.³³

A adaptação de neologismos

Como já se disse, a *Convenção ortográfica da língua mirandesa* (1999) foi feita com o objectivo de estabelecer as regras básicas de uma escrita comum em mirandês, dirigida para o registo de palavras patrimoniais. Lançadas que estavam essas bases, faltava regularizar o problema da adaptação de empréstimos, dado que os neologismos criados na própria língua não apresentam qualquer dificuldade. O próprio facto de ser necessário incorporar uma massa imensa de empréstimos constituiu aliás, para algumas pessoas, um dos principais argumentos contra a institucionalização deste idioma de tradição rural.

A nossa posição foi exposta publicamente, em resposta a críticas directas:

A escrita provoca mudanças na língua. Isso é inegável no que diz respeito ao seu vocabulário: é, de facto, necessário incorporar muitas palavras. Será isso que a vai desvirtuar? Qualquer língua tem uma capacidade infinita de incorporar novas palavras: os dicionários de uma língua nunca estarão completos. O que importa é seguir os processos fonológicos, morfológicos e sintácticos que regulam o seu funcionamento. Explicitar esses processos é uma tarefa de reflexão, intercâmbio de ideias e de consciencialização —uma tarefa lenta, mas não impossível.³⁴

Acontece que a prática da escrita foi mais rápida que a da adopção de regras. A grande fonte de empréstimos é o português, como é natural. A variação surgida em cartas particulares que recebi é muito significativa. Por exemplo, a palavra *directo*, em 27 atestações ocorridas em correspondência dos anos 2000-2001, apresenta as seguintes formas, com os respectivos números de ocorrências:

<i>directa</i> (3)	<i>diretor</i> (3)
<i>direta</i> (2)	<i>diratora</i> (3)
<i>diratibo</i> (2)	<i>direçon</i> (4)
<i>director</i> (2)	<i>diraçon</i> (2)
<i>dirator</i> (2)	<i>diretamente</i> (4)

Pelo que observei, a escrita começou por ser igual à do português (*directa*, *director*), eliminou o *-c-* etimológico (*diretor*) e em seguida aplicou a regra de mudança de vogais em posição átona (*dirator*). Observa-se neste caso que o processo de introdução de empréstimos eruditos reproduziu regras que actuaram sucessivamente no decurso da história da língua. Uma vez este fenómeno observado em muitos casos diferentes, o escritor procura uma regra que «dê o salto» entre a palavra

³³ Amadeu Ferreira, no texto «Nota sobre o artigo», que me enviou após a leitura desta ponência e que agradeço.

³⁴ M. Barros Ferreira, «Uma nota dissonante na harmonia de um encontro», em *Mensageiro de Bragança*, maio de 2002.

de origem e o resultado final da adopção. Observa-se igualmente a generalização, a todas as palavras, de regras que actuaram selectivamente no decurso da história. Por exemplo, enquanto que para José Leite de Vasconcelos *lh-* inicial só devia ser usado em palavras de origem latina com *l-*, hoje uma das tendências é escrever com *lh-* todas as palavras que em português começam por *l-*.

A principal dificuldade linguística surgida na adopção de empréstimos está porém relacionada com o sistema arcaico das sibilantes mirandesas.

Um dos problemas mais interessantes de todos os que se colocaram é o seguinte: em todas as palavras recentemente importadas que contêm sibilantes, a escrita mirandesa respeita a pronúncia padrão portuguesa, que reduziu o inventário fonológico,³⁵ e não a escrita portuguesa, que conserva antigas oposições ainda em vigor em Trás-os-Montes e Miranda. Esta influência perversa da fala padrão portuguesa sobre o mirandês é evidente num caso que passo a relatar: num esboço de tradução mirandesa do Astérix que li há três anos aparecia a palavra *diuzes*. Para o conceito *deuses* —plural inusitado no meio católico rural— fora importada a pronúncia portuguesa com [z] e adaptada a grafia a essa pronúncia. Isto significa que, para obedecer à pronúncia, elevada a valor supremo, se desvalorizara a coerência morfológica, o sistema e a história da língua. Na escrita espontânea de cartas pessoais aparecem as palavras *decizibo*, *mazoquista*, *fracço*, *çnobismo*, *análize*, etc., em vez de *decisivo*, *masoquista*, *fracasso*, *masoquista*, *snobismo*, *análise*.³⁶ A substituição mais frequente é a de *-s-* intervocálico (em mirandês, sonoro e ápico-alveolar) por [z] (sonoro e dental), como em português. No padrão do sul do país, a oralidade eliminou a antiga diferença que existia entre os sons grafados com *-ss-* / *-ç-* (*passo* / *paço*) e *-s-* / *-z-* (*coser* / *cozer*) e que ainda se ouve, muito nítida, em Trás-os-Montes. Será que seguir cegamente essa perda enriquece a língua mirandesa? Certamente que não. A generalização de uma tal «regra» poderá conduzir muito em breve à substituição do sistema de quatro sibilantes do mirandês (expressas por quatro grafemas, em contextos diversos: *s-*, *-ss-*, *-s* / *ç*; *ç* / *z*; *s-*, *-ss-* / *-s-*; *-s-* / *-z-*), que se enquadra no sistema transmontano, pelo sistema português padrão que, do ponto de vista fonológico, mas não do ponto de vista gráfico, apresenta apenas duas sibilantes (/s/ /z/). Para além disso, será causadora de inúmeros erros de escrita em todos os mirandeses que aprenderem a escrever em português. Ora um dos princípios de que se partiu, praticamente uma «promessa» tácita, afirmava, tal como já foi atrás referido, que a grafia das duas línguas deveria facilitar a

35 Eliminando as ápico-alveolares, que facilmente se confundiam com as palatais (grafadas *j*, *ge* e *x*).

36 Para maior clareza:

<i>Português escrito</i>	<i>Português falado</i>	<i>Mirandês escrita espontânea</i>
deuses	deu[z]es	deuzes
análise	análi[z]e	análize
decisivo	dec[i]zivo	decizibo
masoquista	ma[z]oquista	mazoquista
fracasso	fraca[s]o	fracço
snobismo	[s]nobismo	çnobismo

aprendizagem mútua e não dificultá-la. Parece evidente que não se pode falar de «tradição de pronúncia» mirandesa quando se trata de neologismos absolutos. Por conseguinte, penso que, quando está em jogo o sistema de sibilantes, em palavras eruditas que ainda não tiveram tempo de se enraizar na fala popular, não devia ser tido em conta o modo de pronunciar português, mas sim o seu modo de escrever, sobretudo quando este coincide com a tradição das demais línguas românicas.

Se isto para mim é claro, outro caso há, ainda relacionado com o sistema de sibilantes, que poderá suscitar mais dúvidas. Trata-se dos empréstimos de palavras portuguesas com *x* —letra que no padrão é lida de vários modos (*enxame, taxi, exame, excelente, máximo*)—. Este caso específico foi novamente objecto de um debate entre linguistas e locutores de Miranda para se elaborar uma segunda adenda.³⁷ Segundo a *Convenção*, o signo *x* tem em mirandês o mesmo valor que o *x* galego e aragonês. Esta adenda acrescenta-lhe o valor [ks] e, em vez das habituais adaptações improvisadas, propõe substituições sistemáticas por *-ss-*, *z*, *s*, *ç*, *ce*, conforme os seus valores fonéticos em mirandês, dependentes dos contextos de ocorrência (de onde resultam as grafias *anxame, taxi, eisame, eicelente, mássimo*). Para isso partiu-se de alguns exemplos patrimoniais ou de importações bem enraizadas, a fim de instituir regras gerais de trasladação extensíveis a todas as palavras novas com contextos semelhantes. Desta vez, o trabalho por via electrónica permitiu um debate muito mais intenso e, no fim, a disponibilização do resultado na Internet, para consulta pública.³⁸ Essa consulta foi importante, porque, embora tendo tido escassa participação exterior, alguns intervenientes chamaram a atenção para o facto de não se ter tido em linha de conta a tradição de escrita de outras línguas românicas. Esta crítica vem ao encontro do que é a minha própria opinião expressa no parágrafo anterior a respeito da adaptação de palavras portuguesas que contêm sibilantes várias; porém, neste caso, estamos perante palavras que apresentam sempre a mesma letra, a qual não fornece qualquer indicação sobre a sua pronúncia. Ao ler, hoje, uma tradução de finais do século XIX por Bernardo F. Monteiro,³⁹ onde se encontram, por exemplo, as palavras *eixistencia, ixaminar*, não se pode saber se ele as pronunciava com *z* predorso-dental ou *z* ápico-alveolar —coisa que a sua trasladação com *-z-* ou *-s-*, respectivamente, permitiria conhecer—. ⁴⁰ Desde logo esta *Proposta de adenda 2ª* foi posta em prática pelos escritores de mirandês, dado que ia no sentido da sua geral atitude perante as adaptações: seguir a fonética e não a escrita de origem.

37 Equipa formada por Amadeu Ferreira, António Bárbolo Alves, Domingos Raposo e eu própria; com leitura final e sugestões de Cristina Martins e Rita Marquilhas.

38 No «Sítio de l mirandês»: <http://mirandes.no.sapo.pt>, sector «Projectos / projecto 1».

39 «El cirujano del señor Abade», de Ferreira Deusdado, tradução publicada na *Revista de Educação e Ensino*, XI (1896), pp. 168-176.

40 Regra adoptada neste caso: «*-x-* intervocálico pronunciado como *-s-* (ápico-alveolar sonoro) escreve-se com *-s-*: *exagerar* > *eisagerar*, *exame* > *eisame*, *exacto* > *eisato* [...]».

De qualquer modo, tornou-se evidente que a prática fulgurante já desencadeada por todo o processo caminhava agora no sentido de uma «normalização natural», orientada pelos professores-escretores da língua.

E, finalmente, na convicção de que chegara o momento de alguns mirandeses —que acumulam as qualidades de falantes, escritores e estudiosos da língua— tomarem em suas mãos a iniciativa da normalização, achei por bem suspender a minha intervenção como coordenadora do processo, continuando, no entanto, a segui-lo como observadora atenta.

O problema das afinidades externas

A situação que descrevi em «A variação dialectal interna» (*vid. supra*) mostra que um dos maiores problemas da normatização do mirandês continua sendo a obtenção de consensos quanto à unificação interna da sua escrita: enquanto alguns mirandeses privilegiam a diferenciação diatópica, outros —aliás a grande maioria— preferem a unidade do sistema. A estes dois grupos, de desigual envergadura, formados após a publicação da Adenda 1^a do ano 2000, acrescenta-se, no plano hispânico, um outro: o que defende a normalização unificada do asturo-leonês. Neste sentido, o ponto 5 das conclusões do I Alcuentre d'Escritores n'Asturianu occidental, de 5 de abril de 2004, é elucidativo:

Creyemos na unidá del nuesu idioma ya —sin prescindir de particularidá nenguna— col nuesu l.labor l.literariu queremos siguir afondando na xuntura l.lingüística ya cultural de tolas tierras que falamos esta l.lingua, ya dar rinxu a los vínculos humanos que tán na raíz más fonda d'esa unidá. Esta afirmación de la nuesa voluntá d'unidá l.lingüística —feita cumo ta dende l'occidente d'Asturias— tien qu'entendese tanto en relación colas variantes central ya oriental de la l.lingua cumo colas falas que s'estienden, al sur d'Asturias, por L.lión, Zamora ya Miranda del Douru. La creyencia firme na unidá l.lingüística de todas estas tierras fainos demandar a tolas autoridaes responsables unas políticas integrales ya integradoras, con espíritu de l.lingua, que superen las marcaciones territoriales parciales ya que trabayen nun mesmu ya únicu sentíu pola normalización ya la dignificación del nuesu idioma común.⁴¹

Parece-me desejável que dentro de algum tempo, quando existir uma massa crítica mais consistente e organismos mirandeses que possam responsabilizar-se pela normalização da língua, se proceda a uma revisão da ortografia. Já defendi o facto de haver alguns aspectos da grafia mirandesa que poderiam aproximar-se mais da grafia espanhola e opções que talvez fosse necessário alterar, tal como já se alterou a apresentação dos ditongos crescentes. Outras opções houve, porém, que testemunham, em simultâneo, uma sobrevivência histórica e uma diferença do mirandês em relação ao asturiano, que convém manter.

⁴¹ <http://www.exunta.org/alcangas>.

Porém, no momento presente, parece-me que há problemas mais urgentes a tratar. Por exemplo, fazem mais falta manuais para o ensino daquilo que já existe do que mais mudanças apressadas num código convencional de escrita que tem mostrado excelentes resultados.

Atitudes e aspirações

Penso que não se pode tratar esta questão sem abordar um pouco as ideologias subjacentes. Sempre o ideal da unificação linguística de grandes espaços foi brandido para que todos os cidadãos de um reino, ou império, ou domínio, compreendessem as instruções emanadas do poder central. Desde Roma até à Revolução Francesa, desde a Islamização até aos Reis Católicos, desde a Reconquista a Franco e a Salazar. De cada vez, em nome da Civilização, de Deus, da Igualdade, do Progresso, se tentou reduzir as velhas línguas à situação de *patois*, de *babels*, de *dialectos*, de *falas charras*, e substituí-las por outra língua «mais ilustre». Hoje o fenómeno repete-se, à escala mundial. Com a globalização, até as línguas nacionais estão sendo pouco a pouco ultrapassadas. É bom, é óptimo entendermo-nos todos, do Japão à Patagónia. Mas é vital que as línguas mais pequenas, que definem comunidades humanas realmente arreigadas, continuem a existir no seu âmbito natural. A única maneira de retardar o desaparecimento das velhas línguas é respeitá-las a todas: todas as maneiras de falar que existem, sem pretender uniformar a expressão oral; todas as maneiras de escrever que abranjam um número de leitores compensador para os editores; todas as línguas que definam espaços à humana escala da convivência quotidiana —incluindo a convivência fronteiriça, de lugar em lugar—, e todas as línguas que definam espaços intermédios —como as línguas nacionais—. Todas as línguas que o homem goste ou precise de utilizar.

Hoje em dia, um conjunto de linguistas, tentando resistir à hegemonia do inglês, promove projectos e programas a fim de incentivar a intercompreensão entre os povos da Europa, nomeadamente os da mesma família de línguas —em primeiro lugar, os de línguas românicas, que, no seu conjunto, abrangem um enorme número de falantes—. A sua proposta vai no sentido de construir instrumentos que permitam aos jovens aprender várias línguas da mesma família, de modo a poderem compreendê-las (não necessariamente a falá-las).⁴²

Ora, como se sabe, os actuais «círculos de necessidade comunicativa» do mirandês (com a sua variante sendinesa) abrangem o português, o espanhol e o inglês, não passando pelo asturiano. Qualquer tentativa de aproximar a forma escrita

⁴² No *Le Monde Diplomatique* (ed. portuguesa), 70 (janeiro de 2005), encontra-se um interessante resumo destes problemas acompanhado de numerosas referências bibliográficas: Bernard Cassen, «Um mundo poliglota para escapar à ditadura do inglês»; também, na Internet, «Eurosem2003» contém bibliografia relacionada com o projecto ICE (Inter-Compreensão Europeia).

do mirandês e asturiano antes de existir uma real necessidade (ou pelo menos uma vontade comum) de intercomunicação significa uma luta ainda mais difícil do que a luta contra a absoluta hegemonia do inglês. Mas as duas lutas podem convergir-se, no caso destes dois idiomas —e na linha dos programas que mencionei no parágrafo anterior— se começassem a criar laços de informação, produzindo, por exemplo, materiais escolares que pusessem em evidência os traços comuns às duas línguas, de um modo claro e interessante. Isso levaria a um real conhecimento mútuo, à consciencialização da pertença profunda apesar das diferenças de superfície, à capacidade de actuar no sentido de uma real aproximação cultural —e não apenas a meros acertos de pormenor na escrita mirandesa.

A mais pequena língua institucional da Península Ibérica em número de falantes constitui mesmo assim um microcosmos onde se pode detectar a complexidade dos problemas de qualquer normalização linguística. Um dia virá —deixai-me ter, eu também, utopias!— em que cada um de nós tenha em si, não duas, mas cinco ou seis línguas, com seus conflitos e bons entendimentos.